

Torres, Anália (2018), "Sexo e Género: problematização conceptual e hierarquização das relações de género", Textos de apoio ao Doutoramento em Estudos de Género, Unidade Curricular Teorias de Género, feministas e sobre as mulheres, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.



# **Sexo e Género: problematização conceptual e hierarquização das relações de género**

*Anália Torres*

**TEXTOS DE APOIO AO DOUTORAMENTO EM ESTUDOS DE GÉNERO**

**Unidade Curricular**

**Teorias de Género, feministas e sobre as mulheres**

Novembro de 2018

# Sexo e Género: problematização conceptual e hierarquização das relações de género

*Anália Torres*

Neste texto<sup>1</sup> analisa-se, numa primeira parte, a evolução histórica e sociológica das diferentes conceções sobre sexo e género, identificando também as diferentes perspetivas sobre a igualdade de género e propondo uma visão integradora. Numa segunda parte, aborda-se de forma desenvolvida a questão da hierarquização da organização social em função do género sugerindo igualmente perspetivas explicativas.

## I – Sexo e Género. Definição conceptual

**1.1** As propostas de definição do **conceito de género** são diversas e têm evoluído ao longo do tempo. Podemos identificar três fases essenciais. Numa **primeira fase**, desde os finais do século XIX até à primeira metade do século XX, a medicina, a biologia e a psicologia, não distinguem praticamente sexo e género entendendo-os como equivalentes e como caracterizadores dos atributos do sexo feminino e do masculino. Considerava-se que eram as diferenças biológicas que determinavam comportamentos, características, traços de personalidade, maneiras de pensar diferentes de homens e de mulheres. Era pois uma visão naturalizada da pertença a um sexo ou a outro. Ao sexo biológico associava-se assim um género respetivo e uma visão binária: macho/fêmea; homem/mulher; masculino/feminino, opostos que no entanto se complementavam.

---

<sup>1</sup> Agradeço à Diana Maciel o arranjo gráfico, a revisão do texto e das referências bibliográficas.

**1.2** Nos finais dos anos de 1960 e inícios de 1970 podemos localizar a **segunda fase** que inaugura uma visão que distingue sexo, que se associa nesta perspetiva à diferença **biológica** entre os sexos, e género que se centra na dimensão **cultural**, ou seja, nos significados que se atribuem em diferentes sociedades e contextos sociais ao que é ser mulher ou homem. Esta nova forma de distinguir entre os dois termos surge de forma mais sistemática através das propostas feministas no campo filosófico, no das ciências sociais, no debate público e na arena política através de um conjunto de contributos de autoras e autores diversos e dos movimentos de libertação das mulheres, de gays e de lésbicas.

Identificaremos rapidamente algumas das ideias fundamentais que deram corpo a esta abordagem. Para Simone de Beauvoir num livro fundamental, o *Segundo Sexo* (1949/1953), ser-se mulher é fundamentalmente uma construção: (uma pessoa) “não nasce mulher, torna-se mulher”. Apesar de não usar o conceito de género, a autora mostra como ao longo do tempo, desde a antiguidade clássica, as sociedades foram formulando ideologias e definindo normas acerca do que seriam e do que deveriam ser as mulheres. Mostra também como as mulheres são ensinadas “a ser” em cada momento da sua vida: na infância, na adolescência, e quando são mães; ou ainda como são “construídas” e concebidas como o “outro” cuja referência e modelo é o homem. Para além desta ideia de construção social do sexo, a distinção entre sexo e género já era conhecida nas ciências médicas. Robert Stoller distingue, em 1968, **sexo** como marcador físico e biológico e **género** como aspeto cultural, de produção sociológica ou psicológica, que contribui para a perceção e compreensão do corpo e para a construção do ‘eu’ e dos ‘outros’ (Stoller, 1968).

Contributo decisivo é também o de Ann Oakley (1974). No livro *Sex, Gender and Society* a autora defende que o sexo é um dado biológico, uma constante, mas o género é uma construção social (Oakley, 1972: 53). Acentuando também a separação entre sexo e género mostra como os papéis de género são construídos e como podem, por

isso, ser variáveis, suscetíveis de mudança do que se define como norma adequada para um género ou para o outro.

Numa pesquisa sociológica sobre a situação das mulheres domésticas Oakley conclui que a esmagadora maioria (70%) estão insatisfeitas, se sentem isoladas e tinham longas jornadas de trabalho semanal não pago (à volta das 77H) (Oakley, 1974). Estas conclusões contribuem, como as de outras autoras como Betty Friedan (1963), para desconstruir a imagem da mulher doméstica, satisfeita e plenamente realizada ocupando um lugar a que todas as mulheres “aspirariam”.

Mais tarde estudos sociológicos feitos em Portugal mostram também como o trabalho profissional das mulheres é muito valorizado e a situação de doméstica é muito menos apreciada pelas próprias mulheres, quer pelas que têm maiores níveis de qualificação como as que têm trabalhos menos qualificados; para as últimas o trabalho profissional tende a ser valorizado como fonte de maior autonomia e independência económica (Torres, 2004: 55-123).

A distinção entre sexo e género foi também beber aos trabalhos de antropólogas como Margaret Mead que mostravam como nalgumas sociedades os papéis atribuídos a homens e a mulheres são completamente diferentes e por vezes mesmo opostos, aos que conhecíamos nas sociedades ocidentais (Mead, 1935). Ou seja são os padrões culturais, as normas e os contextos sociais que contribuem para a definição de papéis e não as características biológicas.

Estas propostas do que se tem designado por feminismo de segunda vaga<sup>2</sup> marcaram profundamente a visão que temos sobre o género e igualdade de género.

---

<sup>2</sup> Considera-se o feminismo de 1ª vaga o que correspondeu ao movimento sufragista que em várias partes do mundo, nos finais do século XIX e inícios do século XX, lutou pelo direito ao voto das mulheres mas também pelo direito à educação e à saúde; em Portugal o movimento sufragista deu contributos importantes e teve maior visibilidade no período da 1ª República. O feminismo de 2ª vaga costuma ser caracterizado pelo eclodir das reivindicações femininas dos anos 70 do século XX que se caracterizaram, em vários países do chamado mundo ocidental, pela luta pelo direito ao trabalho e à independência económica das mulheres, pela luta contra a violência e também pelo direito à palavra e ao espaço público. O feminismo de 3ª vaga está mais associado ao período mais recente cujas reivindicações correspondem ao direito ao corpo, à sexualidade e à identidade de género entendida esta como realidade

Foram muito importantes e constituíram fonte inspiradora para um conjunto de trabalhos de pesquisa nas ciências sociais e nas humanidades, questionando as visões estabelecidas.

Denunciaram a invisibilidade das mulheres na história e a desvalorização do seu papel na sociedade, revelaram o controlo da sexualidade feminina e a violência a que muitas mulheres eram submetidas; desmontaram a ideia de conformação das mulheres ao ideal da mulher doméstica, à sua subordinação formal e jurídica ao poder masculino; e mostraram o *deficit* democrático que significa o seu afastamento do espaço público e da arena política.

Estas denúncias, e esta demonstração sucessiva da injustiça e da desigualdade, tiveram como efeitos mudanças também no ordenamento jurídico nacional e internacional que, hoje em dia, em muitos países, se consideram como dados adquiridos. Mas é preciso lembrar que os direitos atuais resultaram do esforço conjugado e empenhamento cívico de muitas (e de alguns) e que, dependendo dos países, têm apenas cinquenta, quarenta ou muito menos anos de existência.

Importa ainda sublinhar que esta afirmação do género como construção social, para as autoras do feminismo de segunda vaga, está associada também a uma perspetiva que assume que as definições do que é adequado para os homens e para as mulheres não só é diferente como assimétrico valorizando-se os primeiros em detrimento das segundas. Nesta perspetiva, é a experiência e a prática social que criam diferenças entre homens e mulheres e não a biologia.

**1.3** Numa **terceira fase**, a distinção entre sexo e género conhece nos finais dos anos de 1980, mas, sobretudo, de 1990 outros desenvolvimentos. A visão exposta acima atribuía

---

mais fluída. Esta caracterização por vagas tem sido criticada por ser difícil a sua aplicação generalizada, nomeadamente, porque nestes processos de mudança, em muitos países, estas reivindicações são coocorrentes.

ao sexo biológico o carácter de constância e aos papéis de género uma dimensão variável, e por outro lado, assumia ainda uma visão binária dos sexos.

Várias foram as autoras e autores que começaram nestes anos também por chamar a atenção para o facto de o próprio sexo biológico ser menos constante e poder apresentar-se de forma mais contínua do que binária.

A discussão sobre o que distingue biologicamente, homens de mulheres, assunto que durante muito tempo pareceu pacífico, complexifica-se dada a variabilidade que biólogas, como Fausto-Sterling começam a reconhecer como mais frequente do que era previsto. As características físicas ou biológicas baseadas nas diferenças genéticas, cromossómicas e hormonais podem ser insuficientes para caracterizar os que pertencem a um sexo e a um outro. Alguns indivíduos tem um sexo genético que é diferente do seu sexo hormonal ou/e anatómico. Uma criança pode ser, por exemplo, geneticamente feminina (dois cromossomas XX e sem Y) mas ter genitais masculinos (Holmes, 2007: 25). Os genitais podem à nascença, por sua vez, apresentar características ambíguas, os cromossomas, por outro lado, não surgem apenas na vertente simples e diferenciada de XX ou XY, existindo pessoas com XXY. Ou seja a natureza produz uma variação de combinações possíveis de características masculinas (ou de macho) ou femininas (ou de fêmea) e os números são muito superiores ao que seria de supor, quando se pensa na conceção binária ou de sexos opostos que tem sido dominante.

Estimativas precisas são difíceis, mas calcula-se que de entre 1 em 2000 bebés a 17 em 1000 crianças nascem com alguma forma ou condição intersexual (Fausto Sterling, 2000: 20; Hird, 2004:15 apud Holmes, 2007: 25).

Outros estudos abrem também horizontes quanto à relação entre o biológico e o social, contrariando estereótipos. Com efeito, é habitual procurar explicar a maior tendência para comportamentos agressivos e violentos por parte dos homens devido aos seus níveis mais elevados de testosterona. Ora, o que os estudos desenvolvidos

mostram é que não são necessariamente os homens com níveis mais elevados de testosterona que têm comportamentos mais agressivos. Mais importante será talvez a forma como desde crianças os homens foram habituados a lidar com os impulsos agressivos. O que suporta, mais uma vez, a complexidade da relação entre o biológico e o social (Sapolsky, 2014: 39) e o muito que nos falta ainda conhecer sobre esta complexa relação.

Por outro lado, as propostas do chamado feminismo de terceira vaga vêm introduzir novos questionamentos nesta relação entre sexo e género e dão visibilidade a aspetos menos considerados em momentos anteriores. A sexualidade, tema também importante nas propostas anteriores, assume papel ainda mais central nas questões de sexo e género.

Passa-se assim a considerar que o género não é uma propriedade dos indivíduos mas algo que nos “é feito” e atribuído desde a nascença, e que nós vamos construindo e negociando ao longo da vida e nas diferentes interações sociais. Neste sentido o género pode “subverter” o próprio sexo biológico, o que se torna muito visível no caso dos transexuais. Esta visão performativa do género é importante porque sublinha a possibilidade de agência, isto é, a capacidade de agir sobre a uma realidade que pode ser sentida como constrangedora, e combate lógicas deterministas – o que se faz também se pode desfazer. É uma perspetiva que abre portas também para a diversidade das identidades de género, para a possibilidade do carácter fluido do género e da própria vivência da sexualidade, questionando o imperativo da heteronormatividade. É o que Judith Butler e outros autores e autoras *queer* têm defendido (Richardson, 2008: 9-17).

Várias têm sido assim, até aos nossos dias as definições dos conceitos de sexo e género bem como as explicações para as desigualdades ou a diversidade de género. Não nos parecendo aqui útil fazer a listagem das diferentes abordagens procuraremos agora

sintetizar os aspetos mais salientes, numa visão integradora, que algumas autoras e autores vêm assumindo (Connel, 1987, 2002; Risman, 2004, 2014; Holmes, 2007).

- 1- Há uma dimensão estrutural e institucional nas relações sociais de género.** Isto é, não escolhemos em que momentos históricos, sociedades, latitudes geográficas, contextos sociais ou famílias nascemos nem com que sexo ou género. Esta localização histórica, no espaço geográfico, social e familiar condiciona os nossos percursos de vida, de forma genérica, e também a forma como vamos viver o sexo, o género e a sexualidade. Assim, ter ao nascimento mais ou menos recursos económicos e simbólicos, mais ou menos poderes, ter nascido homem ou mulher, num dado momento histórico, numa aldeia ou na grande cidade são condicionantes com efeitos sobre a nossa vida. As instituições e organizações sociais, económicas e políticas existentes nas sociedades em que nascemos e crescemos configuram também maiores ou menores margens de liberdades, mais ou menos oportunidades ou bloqueios. Dizer que condicionam não é dizer, no entanto, que determinam definitivamente. As estruturas sociais vão mudando e as instituições também. Por isso, as relações de género se têm também transformado ao longo do tempo em várias sociedades.
- 2- As culturas, as normas, as leis** de uma determinada sociedade configuram e influenciam também a forma de viver o sexo, o género e a sexualidade. O que para uns é imposição cultural incontornável - como o uso pelas mulheres do véu nas sociedades de influência muçulmana – para outros é sinal da inaceitável subordinação das mulheres à dominação masculina numa sociedade patriarcal. No entanto, nas sociedades contemporâneas nos últimos 50 anos tem-se caminhado para um entendimento tendencialmente generalizado da necessidade de pugnar pela igualdade de género como valor universal, como



resposta às denúncias das violências que a nível global sofrem milhões de pessoas, quer mulheres e raparigas, quer pessoas com orientação sexual ou formas de exprimir o género diferentes da maioria. A legislação foi mudando por pressão dos movimentos sociais e isso contribui decerto para alguma transformação nalguns países.

Mas não só estes aquisitivos são recentes, e nem sequer são aceites em muitas sociedades, como a diversidade dos contextos sociais e culturais fazem com que haja distância expressiva entre aquilo que se define como norma e o que se vive na prática.

Nas sociedades que se regem por normas legais tendencialmente igualitárias estes desfasamentos entre as leis e a prática são alimentados pelos estereótipos culturais – que tendem a atribuir a homens e mulheres lugares diferenciados e desiguais – através dos media, da publicidade, das práticas quotidianas impondo muitas vezes visões e papéis tradicionais.

3. **É na relação e nas interações** com outros e outras que vamos construindo a nossa visão de nós mesmos quanto ao género e quanto às expectativas que nós e os outros têm de nós. Neste sentido, a nossa perspetiva é influenciada também pela forma como vamos construindo as identidades ao longo da vida – pelos diferentes contextos de socialização ou quadros de interação – família, escola, amigos e amigas, parceiros e parceiras conjugais – pelos vários momentos da vida – infância, juventude, idade adulta, terceira idade. Para perceber como se vive o género importa pois identificar e perceber quer os contextos de interação, quer as idades e os momentos da vida de que estamos a falar.
4. **No plano individual** vamos vivendo, interpretando, agindo, adaptando, negociando, reinventando ou resistindo às normas e às expectativas quanto ao

género. Mas importa sublinhar que a relação entre as influências externas e as nossas próprias perceções e práticas são muitas vezes mediadas por dimensões racionais, mas também emocionais, conscientes e inconscientes. A identificação afetiva – ou rejeição – relativa às nossas figuras de referência na infância e ao longo da vida – pais, mães, irmãos, irmãs, avós – irá decerto influenciar, de forma explícita ou implícita, a nossa visão e vivência específica do género.

## **II -A hierarquização da organização social em função do género.**

Apesar das mudanças sociais e políticas dos últimos 50 anos, sobretudo nas chamadas sociedade ocidentais relativas às questões de género, quer no plano da vida social, quer no plano jurídico, as desigualdades persistem.

Mas antes importa refletir. Por que razão ou razões apesar destas mudanças as desigualdades persistem? Não teremos já avançado tanto, não têm hoje as mulheres um conjunto direitos e de liberdades que as colocam em pé de igualdade com os homens? Não são hoje já reconhecidos os direitos de gays, lésbicas, transexuais e transgénero?

Na verdade, fala-se hoje cada vez mais dos temas da igualdade entre o sexos, da paridade nos cargos políticos, do direito das mulheres ao seu corpo e nomeadamente à IVG, dos direitos LGBT, nomeadamente, do direito das pessoas do mesmo sexo à igualdade no acesso à parentalidade, ao casamento e à reprodução medicamente assistida, temas que, de resto, estiveram na agenda política portuguesa sobretudo a partir de meados da década de 2000 conhecendo mesmo muito recentemente respostas legislativas positivas.

Porque persistem pois as desigualdades? Para responder a estas questões importa identificar alguns fatores que ajudam a explicar, quer a persistência das desigualdades, quer as razões pelas quais também se verificam mudanças.

**1) Assimetrias de poder.** Quando se fala de género e de construção social não falamos apenas de diferenças entre mulheres e homens mas sobretudo de desigualdades. As relações sociais de género são estruturais porque atravessam todas as dimensões da vida e porque existe assimetria entre mulheres e homens no acesso aos recursos, aos poderes e aos direitos. Esta hierarquização e assimetria fundamenta-se na separação de esferas entre privado e público, entre esfera da reprodução e da produção, desvalorizando-se as primeiras, associadas ao feminino e ao emocional e valorizando-se as segundas associadas ao masculino, ao racional e ao padrão universal. Assim, “o género ilustra a desigualdade universal entre homens e mulheres. Quando falamos de género, falamos também de hierarquia, de poder e de desigualdade, não só de diferença” (Kimmel, 2000).

Em épocas anteriores, e ainda hoje em muitas zonas do mundo, para além da desvalorização do seu papel social negava-se mesmo às mulheres os direitos de participação na esfera pública. Hoje, depois da pressão dos movimentos de mulheres e feministas, reconhecem-se, na maioria das sociedades ocidentais, esses direitos – embora nem esses sejam reconhecidos em centenas de países ao nível global – mas persistem as desigualdades, as assimetrias de poder, a desvalorização e há mesmo formas indiretas e subtis de inviabilizar o exercício dos direitos adquiridos.

Embora as mulheres constituam hoje na maior parte das sociedades ocidentais quase metade da força de trabalho pago elas continuam a ser

responsabilizadas também pela esfera reprodutiva. Este é um entre outros fatores que constitui exemplo da persistência das desigualdades.

Associada à questão da reprodução está também a da sexualidade. O controlo da sexualidade feminina e a imposição da norma da heterossexualidade estão interligadas. É por isso que o padrão universal é representado pelo sexo masculino mas também pela heterossexualidade. A dominação masculina exerce-se pois não apenas pela subordinação feminina mas também pelo imperativo da heteronormatividade.

O facto de quer no plano dos direitos, quer no plano da sexualidade, as sociedades ocidentais contemporâneas terem conhecido nos últimos anos mudança expressivas por vezes obscurece a persistência dessas desigualdades.

- 2) As relações de género são vividas de forma diferenciada.** Na verdade, os estudos têm mostrado que homens e mulheres não podem ser considerados como categorias duais e internamente homogéneas. Assim, classe, etnia, orientação sexual, idade e geração, condição de deficiência, contexto nacional e global constituem fatores contextuais que condicionam os modos de viver no masculino e no feminino. O que algumas análises sociológicas já vinham mostrando, mas que se tornou muito mais claro com os contributos das correntes feministas e da perspetiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989).

Muitos estudos mostram que as diferenças intra-sexos são muito mais relevantes do que as diferenças inter sexos, mas a verdade é que frequentemente se empolam as últimas, numa lógica que tende a essencializar as diferenças biológicas entre mulheres e homens (Amâncio, 1994; Kimmel, 2000). Com efeito, contrariando as perspetivas de senso comum e da literatura de grande venda em aeroportos, que constantemente nos afirmam que as

mulheres e os homens pertencem a diferentes planetas, o estudo cuidadoso das diferenças entre os sexos permite com alguma surpresa concluir, como afirma, Connell: *“(...) the main finding, from about eighty years of research, is a massive psychological similarity between women and men in the population studied by psychologists. Clear-cut block differences are few, and confined to restricted topics”* (Connell, 1987: 170; Torres e Brites, 2006a, 2006b).

Conclusão contra-intuitiva, já que na comunicação social, nos media e através do marketing, estamos a ser continuamente bombardeados com as imagens de categorias opostas.

E como considerar idênticas as experiências e os modos de vida, as formas de pensar de uma mulher branca da classe média num país rico europeu e as de uma pessoa, mulher ou homem, pobre, de um país periférico do Sul? Ou como considerar que são idênticas as experiências de vida de pessoas pertencendo à maioria branca heterossexual, das de uma pessoa negra e homossexual ou transexual?

Esta diversidade na forma de viver o género, por um lado, torna por vezes difícil o reconhecimento da desigualdade (mulheres ou gays da classe média têm problemas idênticos aos de mulheres e homens pobres e heterossexuais?) e por outro dá origem a que se tenha por vezes a sensação de que quando se fala de género nem todos e todas falem a mesma linguagem.

**3) O género não é uma propriedade dos indivíduos mas é algo que nos é atribuído desde a nascença, e que nós vamos construindo e negociando ao longo da vida e nas diferentes interações sociais.**

Há autores de resto que sublinham as formas diferentes de viver as masculinidades e as feminilidades (Connell, 2002, 2009). Connell desenvolve uma

conceptualização que encara o género como uma estrutura social, visível através da ordem de género e dos vários regimes de género, mantida através de relações de poder, de produção, emocionais e simbólicas.

Nesta perspetiva, o género não só é uma estrutura social preexistente e exterior ao indivíduo, é também construída a partir do próprio indivíduo, uma vez que não existe apenas uma forma de masculinidade ou uma forma de feminilidade. Pelo contrário, a cada indivíduo cabe, pelo menos, uma ligeira margem de manobra e capacidade de ação e decisão na forma como desempenha o género na interação com os outros, mesmo se a autora admite que um sistema de recompensas e punições atua para impor comportamentos padronizados.

Assim esta pluralidade de modos de viver, esta diversidade na forma de se fazer “género”, ou de o negociar nas interações sociais, não é incompatível com um perspectiva que nos permite identificar hierarquias e relações de poder nas formas de “fazer género” que valoriza umas e desvaloriza outras.

**E como se manifesta o poder?** As relações de poder são mais sofisticadas do que o simples exercício vertical de cima para baixo, exercendo-se também na horizontal, diluindo-se em micro-poderes e sendo vividas e exercidas de forma tanto objetiva como subjetiva, de modo consciente como inconsciente. E se a violência sexual, ou a violação como arma de guerra, nos revelam a face mais sinistra destas forma de exercício do poder, mostrando-se como caso limite de um contínuo de opressão, nem por isso se pode deixar de prestar atenção a estas outras formas de submissão mais subtis, vividas de formas diferenciadas e por isso mesmo mais difíceis de ver e de combater.

O facto de muitas destas formas de violência mais arcaicas ou mais subtis se exprimirem no espaço privado e no âmbito de relações íntimas, envolvendo forte carga emocional, torna também difícil para as vítimas a libertação perante estas situações opressivas e para as pessoas mais ou menos próximas por vezes a compreensão plena das dificuldades por que estão a passar.

- 4) Enquanto conceito, o género inclui pois tanto os homens como as mulheres,** mas quando falamos de desigualdade de género tendemos a referir-nos às desvantagens materiais e simbólicas que as mulheres experienciam relativamente aos homens. Estas são mais frequentes e mais expressivas embora desigualdades de género possam também, por vezes, criar desvantagens para os homens (por exemplo, remetendo-os para profissões tendencialmente mais perigosas, incitando-os a adotar comportamentos desviantes e violentos e/ou afastando-os da esfera afetiva do cuidar).

Os estudos têm mostrado que existe o desejo, também por parte dos homens, de repartições de tempo mais equilibradas entre trabalho pago e não pago. Mas os ritmos de produção, a desigualdade salarial de base, as ideologias de género impõem a reprodução das desigualdades. Acresce a esta realidade as imposições dos regimes de austeridade e dos cortes em que vivemos nos últimos anos, tempos duríssimos de desregulação e de perda de direitos, de precariedade, de desemprego, de salário baixos para todos mas em que as mulheres continuam a ser penalizadas com o sobre-trabalho pago e não pago.

Apesar das conquistas recentes que permitem dissociar – agora nos dois sentidos – sexualidade de procriação - esta divisão de esferas para a maioria das mulheres e dos homens continua a prevalecer constituindo-se como organizador profundo da vida social, estando na origem dos obstáculos à participação feminina na esfera política ou a maior igualdade na esfera do trabalho. São

limitações à participação que têm graus diferentes de acordo com os contextos sociais, nacionais e à escala global.

Muitos são os estudos mesmo no domínio da economia ou da gestão dos recursos humanos que têm mostrado que a igualdade social e a igualdade de género, para além de justiça social, significar também benefícios económicos e de equilíbrio social global.

- 5) Falar de igualdade de género não é assim pois falar só de mulheres.** É também falar de homens e de diversidades várias – de orientação sexual, de raça ou etnia, entre outras. A diversidade é um bem para as sociedades e vários são os estudos ao nível global que demonstram como as desigualdades produzem graves desequilíbrios sociais e são negativas para as pessoas e para as sociedades (Almeida, 2013).

Assim é tão importante falar dos direitos das mulheres num país em que há cerca de 40 anos as mulheres não tinham ainda o pleno direito ao voto, em que as enfermeiras não podiam casar, em que as mulheres não podiam ser juízas, nem procuradoras, em que todas estavam pela lei sob a tutela do pai ou do marido, como falar na igualdade no acesso ao casamento e à parentalidade de gays e lésbicas e de respeito pela diversidade de transexuais, transgender, bissexuais ou *queer*.

Não há pois contradição também entre falar de igualdade entre homens e mulheres, à escala global, quando milhões de raparigas e mulheres são traficadas ou morrem às mãos dos seus parceiros e defender com a mesma veemência a igualdade entre mulheres e homens, a igualdade e a justiça social, e igualdade de direitos LGBTQ. Todas estas desigualdades radicam nas mesmas formas de discriminação: **uma definição das pessoas pelos seus atributos relativos à sexualidade e ao seu género e aos seus recursos económicos e**



**financeiros**, que estabelece hierarquias em que as que pertencem a uma classe social, etnia, a um determinado sexo (masculino) e a uma determinada orientação sexual (heterossexual) são mais valorizados do que outras.

**6) A igualdade de género tem sido promovida no plano legislativo com mudanças expressivas ao nível nacional e transnacional.** Esta promoção e mudança têm sido o resultado da pressão dos movimentos feministas, e de *lobbies* de mulheres, que foram introduzindo na agenda política internacional a questão da igualdade. Mas é necessário não esquecer que é aplicação destas normas e a sua transposição para a vida quotidiana que importa assegurar.

De facto vivemos com um conjunto de regras e articulados legais transnacionais – Pequim+ 15, ONU mulheres, OIT, Convenção de Istambul, legislação europeia de diferentes níveis – adotadas também nas agendas políticas nacionais, onde constam a promoção da igualdade de género e o combate a várias formas de discriminação.

São leis e fontes de informação importantíssimas que acabam por funcionar como referente com efeitos ideológicos e práticos importantes sobre um conjunto vasto da população: protegem grupos e direitos de uma parte, produzem efeitos de reestruturação cognitiva importante noutros grupos mais resistentes à mudança.

Mas há vários problemas a precaver. Por um lado, a existência destas normas transnacionais e nacionais, podem também reforçar a ilusão de que tudo está garantido e de que a legislação se traduz de facto em igualdade. Por outro lado, sabemos que as inércias e as resistências atravessam vários campos: dos aplicadores e aplicadoras da lei, das culturas organizacionais, às instituições nos seus modos de funcionar tradicionais, que tendem ou podem tender a adotar a retórica da igualdade sem que ela se traduza em qualquer mudança.

Os estudos de género são neste plano, mais uma vez necessários, para introduzir reflexividade crítica, capacidade de avaliação e correção das políticas e dos seus efeitos. E sobretudo para contribuir para explicar, através da pesquisa nas diferentes áreas, por que razões o que está na lei não se cumpre na prática, e o que está na base de tantas resistências.

## Referências bibliográficas

- Almeida JF (2013) *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Amâncio L (1994) *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Beauvoir S (1949/1953) *Le deuxième sexe*. Gallimard.
- Connell R (1987) *Gender and power: society, the person, and sexual politics*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Connell R (2002) *Gender*. Cambridge, UK: Polity.
- Connell R (2009) *Gender*. Cambridge, UK: Polity.
- Crenshaw, KW (1989) Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum* 1989 (1): 139-167.
- Fausto-Sterling A (2000) *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York, NY: Basic Books.
- Friedan B (1963) *The feminine mystique*. New York: W.W. Norton.
- Holmes M (2007) *What is gender? Sociological approaches*. Los Angeles: SAGE.
- Kimmel MS (2000) *The gendered society*. New York: Oxford University Press.
- Mead M (1935) *Sex and temperament*. NY: Mentor Books.

- Oakley A (1972) *Sex, gender, and society*. San Francisco: Harper and Row.
- Oakley A (1974) *The sociology of housework*. New York: Pantheon Books.
- Perista E, Cardoso A, Brázia A, et al. (2016) *Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos para a Inovação Social.
- Richardson D e Robison Vitoria (2008) *Introducing gender and women's studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Risman BJ (2004) Gender as a Social Structure: Theory Wrestling with Activism. *Gender & Society* 18(4): 429–450.
- Risman BJ (2014) Gender as a social structure: theory wrestling with activism. In: Spade JZ, Valentine CG. *The Kaleidoscope of Gender. Prisms, Patterns, and Possibilities*, London: Sage, 4ª edição, 9-20.
- Sapolsky R (2014) The trouble with testosterone. In: Spade JZ, Valentine CG. *The Kaleidoscope of Gender. Prisms, Patterns, and Possibilities*, London: Sage, 4ª edição, 41-46
- Stoller RJ (1968) *Sex and gender: on the development of masculinity and femininity*. New York: Science House.
- Torres A (2004) *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.
- Torres A e Brites R, (2006a) Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal. In: Vala J, Torres A (Coord.) *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 325-378.
- Torres A and Brites R (2006b) European attitudes and values: The perspective of gender in a transverse analysis. *Portuguese Journal of Social Science* 5 (3): 179-214.